

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

Página 1 de 3

#### PARECER CONTROLE INTERNO

EMENTA: Processo Licitatório nº 6/2013-005 SEPLAN.

OBJETO: 2º Termo Aditivo do Contrato nº 20130598. Contratação de Serviços de Publicação de atos administrativos e demais matérias na Imprensa Nacional da Prefeitura Municipal de Parauapebas Estado do Pará. Interessado: A própria Administração

Trata-se de análise concernente ao 2º Termo Aditivo do Contrato nº 20130598 referente a contratação de Serviços de Publicação de atos administrativos e demais matérias na Imprensa Nacional da Prefeitura Municipal de Parauapebas Estado do Pará.

Ressalvando-se os aspectos jurídicos, tendo em vista que são analisados pela Procuradoria Geral no Parecer Jurídico, passemos a análise do presente processo no que tange ao Aditivo de prazo, Valor do Contrato, Certidões, bem como a Indicação Orçamentária.

Aportando esta Controladoria dos autos, cumpre observar que todo o trâmite processual necessário entre Autoridade Competente e Comissão de Licitação foram seguidos, estando o processo protocolado e autuado.

É imperioso ressaltar que as informações acostada aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, de acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005 "art. 1º: Fica Instituído o Sistema Integrado de Controle Interno do Poder Executivo, que por objetivo a fiscalização Contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública Municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral".

### FORMALIZAÇÃO

- Consta nos autos memorando nº 2904/2015 do Gabinete do Chefe do Poder Executivo, solicitando aditivo de prazo e valor do contrato nº 20130598;
- 2. Consta aos autos Portaria nº 10/2013 que designa Argenor Sousa Silva como Fiscal do contrato;



ov.br



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

Página 2 de 3

- 1. Consta aos autos Justificativas para aditamento do contrato e a necessidade de dar continuidade das publicações dos atos administrativos da Prefeitura conforme determinação das leis;
- 2. Consta nos autos Relatório, onde o fiscal do contrato Argenor Sousa Silva, afirma que todos os termos e objetos deste contrato foram cumpridos e executados satisfatoriamente;
- 3. Consta aos autos declaração do ordenador de despesa de que o gasto necessário a realização do procedimento licitatório e a consequente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- 4. Foi formalizada a designação da comissão de licitação e da equipe de apoio, conforme a Lei n° 8.666/93, art. 38, III, nomeando:
  - Argenor Sousa Silva Presidente
  - Leo Magno Moraes Cordeiro Membro
  - Joaquim Rocha Sobrinho Membro
  - Brenda Gacema da Silva Suplente
  - José Carlos Moura Melo Suplente
- 5. Consta no processo o parecer jurídico emitido acerca do processo em questão, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, VI;
- 6. Foram apresentadas certidões de Regularidade Fiscal da Empresa em questão, na forma da Lei nº 8.666/93 art. 29, I a V:
  - Certidão positiva com efeitos Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Divida ativa da União;
  - Certidão Negativa de Débitos Tributária e não Tributária;
  - Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- 7. Foi apresentada justificativa baseada na Lei 8.666/93, na qual a Comissão de Licitação recomenda a elaboração da minuta deste 2º Termo Aditivo do contrato 20130598, alterando o valor contratual para R\$ 1.038.107,30(Um milhão, trinta e oito mil, cento e sete reais e trinta centavos) e a data final da vigência do contrato para dia 01 de Dezembro de 2016.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM

Página 3 de 3

8. Foi apresentada a Minuta do Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 20130598, com as cláusulas do objeto, dotação orçamentária, conforme artigo 8.666/93.

Verificamos que o valor a ser aditado é o valor de R\$ 346.035,78 (Trezentos e quarenta e seis mil, trinta e cinco reais e setenta e oito centavos).

 Observa-se que não consta aos autos Certidões Negativas de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Sendo assim recomenda-se que os mesmos sejam anexados aos autos.

No momento da assinatura do Contrato, recomenda-se que todas as Certidões que se encontraram vencidas sejam atualizadas.

Ante o exposto, opinamos pela continuidade do procedimento, tendo em vista que cabe ao setor competente realizar as revisões adequadas ao processo, visando evitar eventuais equívocos.

Parauapebas, 26 de Outubro de 2015.

Tânia Souza Pereira Agente de Controle Interno Dec. nº485/2015 Bárbara Bandeira de F. B. Martins Controladora Geral do Município Dec. nº 265/2015